

Por unanimidade, OAB-BA aprova pedido de desagravo à procuradora Érika Grimm

Notícias

Postado em: 24/11/2017 15:00

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia (OAB-BA) aprovou por unanimidade o pedido de desagravo à advogada e procuradora do estado Érika Grimm de Sá. Érika foi ofendida no exercício da sua profissão pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Pedro Lino, que se dirigiu à procuradora de modo ofensivo e com comentários de cunho sexista.

A votação ocorreu durante a sessão do Conselho Pleno, na quinta-feira (23), na sede da OAB-BA. O conselheiro Pedro Lino foi notificado, mas não compareceu a sessão. Os membros da Procuradoria do Estado compareceram em peso à sessão.

De acordo com a advogada Érika Grimm, esta não foi a primeira vez que os procuradores foram constrangidos por Lino. De modo que o desagravo é uma vitória de toda a classe. "A sensação que eu tenho hoje é que a partir de agora, ele vai refletir antes de tecer esse tipo de comentário ofensivo", disse.

A relatora do processo, a conselheira da OAB-BA Tamiride Monteiro Leite, leu em seu voto as palavras ditas pelo conselheiro Pedro Lino que justificaram o pedido de desagravo. "Sob a ótica do conselheiro do TCE, Dr^a Érika Grimm seria 'bela em todos os sentidos', mas como advogada pública 'não seria capaz de trazer qualquer tipo de parecer que seja lumiar'".

Em nome da PGE, o procurador Ivan Brandi fez a defesa da colega e ressaltou que os procuradores exercem função profissional no TCE e estão lá para defender os interesses públicos. "Os procuradores não vão lá [no TCE] a passeio, como lamentavelmente o conselheiro Pedro Lino insinuou na sua manifestação", desabafou.

Ana Patrícia Leão, vice-presidente da OAB-BA, defendeu que a classe esteja cada vez mais unida no sentido de combater qualquer violação de prerrogativa e violência contra a mulher advogada. "Não vamos nos submeter a esse tipo de comportamento e qualquer violência institucional. O que nós queremos é respeito e nada além disso".

Presente na sessão, a secretária Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA), Julieta Palmeira, saudou a decisão da OAB-BA. "Precisamos nos posicionar em relação ao sexismo institucional. O sexismo e o machismo estão sendo naturalizados na sociedade e não é admissível que fiquemos passivos, principalmente órgãos com a OAB, a PGE e a SPM. A minha solidariedade para a procuradora Erika, pois consideramos que a violência contra as mulheres tem várias faces, inclusive a psicológica, pessoal e profissional."

Com informações da OAB-BA